

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2022

Ata n.º 06

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de março, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 21-02-2022;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do plano 2022;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, incluindo a 1.º Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2022;

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à estimativa de repartição de encargos afetos ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à estimativa de repartição de encargos em procedimentos plurianuais; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais pelo valor base de 630 000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso público para aquisição de GPL a granel ou canalizado, propano e butano em garrafa, pelo valor base de 272.644,60€ + IVA; ---



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme estabelece a alínea k) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta - FNFV - Federação Nacional de Futebol - Estatuto de Utilidade Pública; ---

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA - "Proposta para a realização de rastreio anual à Diabetes nas escolas do concelho"; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Nelson José Guerreiro Cachita, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Carlos Emanuel Rafael Vieira. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Nelson Cachita. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Tomás Cavaco: "Boa noite a todos, em primeiro lugar gostaria de agradecer a eficiência na substituição dos contentores do lixo na minha rua, no Cerro da Águia, no entanto, após ter estado cá em dezembro e ter feito o pedido na plataforma de ocorrências Smart City Albufeira, eu explicitarei que o problema era a quantidade e não a qualidade. Inclusive, acrescentei os pontos no mapa para a colocação dos contentores e não percebo se foi uma falha de interpretação do técnico responsável, mas a substituição dos contentores não resolve o problema que me trouxe cá inicialmente. Portanto, gostaria de saber porque não foi colocado um contentor no troço onde hábito, onde outrora foi



removido um contentor que lá estava há mais de quarenta anos. Outra questão que venho colocar é também sobre a plataforma de ocorrências, decidi fazer um pedido de três sinaléticas para dejetos de animais de companhia, com dispensadores de sacos de plástico, como há em outras zonas da cidade. Eu sei que a Câmara Municipal não tem culpa da falta de civismo dos habitantes da nossa cidade, que têm animais de companhia e não recolhem os dejetos, no entanto, com uma sinalética essas pessoas possam a ter mais consciência. No email de resposta ao pedido vem, por defeito assinado pelo Senhor Presidente e passo a citar, "não existe dispensadores em stock, informo também não haver necessidade, porque é uma zona de campo e a deposição de dejetos pode ser feito nos contentores da zona." Sobre a resposta, para além dos erros de síntese e ortográficos há aqui algo que me incomoda e muito, que é o facto de se dizer que é uma zona de campo, porque para pagar impostos como as restantes zonas urbanas e para aprovação de projetos já não é considerado uma zona de campo, agora, para ter acesso a uma sinalética já é zona de campo. Com isto, eu e os restantes moradores ainda estamos à espera da colocação de sinalética rodoviária. Calculo que seja também por ser uma zona de campo, que não tenha direito a sinalética rodoviária. Portanto, gostaria de falar diretamente com o responsável, calculo que seja o Senhor Engenheiro Batalha, agradecia ter um email de resposta com o contacto. Finalmente e o mais importante, o último assunto que venho cá questionar tem a ver com a pobreza energética no concelho, ora vejamos, o passe do Giro atualmente custa dezoito euros, o ordenado mínimo nacional são setecentos e cinco euros. Em Novembro, em média um litro de gasolina no concelho de Albufeira custava um euro e sessenta e seis, atualmente a média é de dois euros e dez. Em cinco meses o preço da gasolina aumentou vinte e sete por cento. Peguemos no exemplo de alguém que more no Montechoro e trabalhe no Algarve Shopping, faz trezentos e oitenta quilómetros mensais e gasta sensivelmente setenta e seis litros de gasolina, atualmente paga cento e cinquenta e nove euros por mês pelo combustível para ir trabalhar, em novembro pagaria pela mesma quantidade cento e vinte e seis euros, a diferença são trinta e três euros, mesmo com o aumento do salário mínimo e o Autovoucher de vinte euros esta pessoa ainda fica em prejuízo de três euros para ir trabalhar em comparação com apenas cinco meses atrás. Sem contar com a renda de casa e as restantes despesas este é o cenário de muitos habitantes no concelho, o problema é que os combustíveis não param de aumentar e as faturas também não. Portanto, gostaria de saber se o executivo prevê algum plano de ação para a



reestruturação da linha do GIRO, uma vez que a rede VAMUS, a nova rede do Algarve não é eficiente para micro comutações a nível concelhio. Finalmente, também sobre pobreza energética, gostaria de saber se existe algum plano relativo a uma lavandaria comunitária? Pois infelizmente, temos muita gente a viver no limiar da pobreza e temos instituições de solidariedade, como a CASA que necessitam deste tipo de serviço, como já existe noutras zonas do país, como Lisboa e Odivelas.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, queria cumprimentar o Tomás Cavaco e agradecer as suas questões, relativamente à questão dos contentores que já lá estariam há quarenta anos, como diz, e à questão da sinalética, quer rodoviária quer anunciando a questão de civismo relativamente aos dejetos dos animais, bem como a pobreza energética, o senhor engenheiro Batalha responder-lhe-á por email ou em reunião presencial. Ele chegou um pouco atrasado, não ouviu mas eu vou lhe transmitir aquilo que foi dito. Relativamente à linha do GIRO, quero dizer que as linhas do GIRO vão ser alteradas, relativamente àquilo que é o contrato atual, o contrato novo está em vias de ser enviado para o Tribunal de Contas para ser visado e depois do visto concedido irá haver uma reestruturação dessas mesmas linhas com extensões a vários sítios, Olhos de Água, Açoteias, bem como Guia e Vale Parra. Relativamente à questão da lavandaria comunitária, acho que é uma sugestão com algum interesse, é uma questão de estudar a hipótese, não apenas lavandaria, podia haver outro tipo de coisas. Está a sugestão registada.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: “Boa noite a todos, cumprimento a mesa na pessoa do Senhor Presidente, Dr.º Francisco, cumprimento os Senhores Deputados desta Assembleia, cumprimento os meus colegas Presidentes de Junta, o público em geral. Queria iniciar agradecendo e reconhecendo à Câmara Municipal a maneira célere como conseguiu aceitar no nosso concelho, nomeadamente na cidade de Albufeira, o povo ucraniano. Quero dar os parabéns porque de uma forma célere as coisas estão no terreno, eu sei porque também já fui ao terreno e a Câmara de Albufeira está de parabéns. Entretanto na reunião de três ou quatro de março e dando seguimento ao apoio incondicional que a Câmara deu à associação do leste, foi dito pelo



Senhor Presidente que iria disponibilizar uma sala na Rua do MFA, sala essa onde tinha estado a Segurança Social. Claro que fiquei contente por esse lado, porque pensei que era realmente abrangente, mas por outro lado fiquei preocupada, porque tinha falado com o Senhor Presidente na semana anterior e tínhamos visto a possibilidade daquela sala ser cedida à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, porque tendo nós um projeto para a Junta de Freguesia, a sede, não se pode trabalhar com as máquinas a fazerem barulho. Nesse sentido tinha feito essa proposta ao Senhor Presidente que gostaríamos de ficar com um espaço onde se pudesse trabalhar e o espaço indicado seria um rés-do-chão atendendo à mobilidade. Assim, sendo e como não foi possível, queria pedir apoio ao executivo para nos ajudarem a encontrar um espaço, onde não seja necessário pagarmos uma renda, porque rendas já pagamos uma de utilização de um armazém para guardar os nossos equipamentos. Deixo aqui em aberto, Senhor Presidente da Câmara irá, com certeza, pensar neste meu pedido. Depois quero focar outro ponto que é a estrada das Açoteias. A estrada das Açoteias como sabem, havia um projeto para sair da rotunda do pinheiro até ao virar para a praia das Belharucas e a obra ficou por ali. Não é isso que está em causa, de certeza que há razões para ter ficado, mas o que queria pedir ao executivo é que não avancem com as obras agora no mês Abril ou Maio. Eles já trabalharam mal nos outros anos e obras naquele local seria complicado. Relembro, para quem não conhece bem, que é o acesso ao Sheraton e a todos os hotéis, há ali muita unidade hoteleira que ficaria certamente prejudicada. Isto é mais ou menos um pedido, não sei se posso pedir, mas estou a pedir. Em relação à GNR, é um assunto que me tem preocupado, já tenho falado com o Senhor Presidente, mas queria hoje, aqui, perceber em que ponto é que estão estas negociações com o MAI, como está o projeto, se avança ou não avança. A GNR está connosco vai fazer sete anos, quando eles foram para lá foi uma cedência de quatro meses. De quatro meses passou para sete anos, em que nós dividimos a meias o espaço, entre a Junta e a GNR. As coisas têm corrido bem, mas o que é facto é que nos priva de metade daquilo que seria a nossa área, o nosso terreno para trabalhar. Não sei o que se passou, talvez o senhor Presidente tenha acesso mais direto à fonte de informação, neste momento a GNR não está a fazer atendimento em Olhos de Água, inclusive tem lá um letreiro a dizer que está fechado e quem tiver problemas ou quem precisar da GNR tem de telefonar para um telemóvel. Portanto, a minha questão é, quando é que está previsto? Se entretanto à última informação que o Senhor Presidente deu nesta sala, se há mais algum avanço, porque de



quatro meses para sete anos vai muito tempo. Dir-me-ão que mal é que eles fazem lá? Nenhum, damo-nos todos muito bem, é tudo muito certo, mas é um espaço que é da Junta e não da GNR. Se estivessem a fazer atendimento, tudo bem, justificar-se-ia eles lá ficarem sem problema nenhum, neste momento penso que já é demais. Aproveitando a presença do deputado da nação, queria pedir-lhe a si, que visse lá em cima, no nosso Governo o que se passa com o projeto do posto da GNR em Olhos de Água. Queria perguntar se a Policia Municipal cumpre um horário e quantos elementos tem neste momento a Policia Municipal? Se tem horário, se não tem, quantos são, é muito simples, é só me dizerem das tantas às tantas e são x elementos. Obrigada." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de colocar alguma ordem, relativamente às intervenções. Chegou-me a informação que há várias moções que vão ser lidas no período antes da ordem do dia, há uma única moção que faz parte da ordem de trabalhos, o que solicitava aos membros que vão intervir é que iniciassem com os pontos que são questões ao Senhor Presidente da Câmara e que deixassem para o final a discussão das moções e a votação das mesmas." -----

Luna Silva: "Boa noite, cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Deputados Municipais, Presidentes da Junta de Freguesia, público presente e os demais que nos estão a ver em casa. Começo por saudar o apoio dado pelo município aos refugiados ucranianos, a destacar a cedência de um espaço para apoio à população, à criação de uma linha de apoio direto à Proteção Civil, ao fornecimento de alimentos, roupa, medicamentos e ao acolhimento de crianças em estabelecimentos de ensino. Pelo papel fundamental e significativo dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, que com a ajuda e solidariedade dos albufeirenses conseguiram arrecadar mais de uma centena de acolhimentos. É de louvar a todos. Ainda congratular esta Câmara Municipal pela iniciativa das comemorações ao dia da mulher, nomeadamente o programa Albufeira Mulher, que distingui mais de dez mulheres albufeirenses, as quais se destacaram na área da saúde, do desporto, da hotelaria, da igualdade, da gastronomia, do ensino superior, dos espaços verdes, voluntariado e tradição popular. Por fim, pelo desenvolvimento do projeto SER através da divisão da educação, que visa apoiar crianças e jovens na gestão das suas emoções e controlo de ansiedade. No ano dois mil e vinte e devido à situação pandémica o município de Albufeira concedeu transporte gratuito a todos os alunos do pré-escolar e do ensino secundário,



que frequentassem estabelecimentos públicos e que tivessem uma residência a mais de três quilómetros do local de ensino. Desde o início do ano dois mil e vinte e dois, o aumento do combustível já subiu onze vezes, treze ponto seis cêntimos no gasóleo e nove ponto três cêntimos na gasolina e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia irá ter um impacto negativo em todos os setores, no setor económico, no aumento dos combustíveis. É preciso que se criem e que se apresentem novas medidas de apoio aos nossos munícipes. Que alcance a todos, aqueles que todos os dias levam os filhos à escola, aqueles que todos os dias se deslocam das suas residência ao local de trabalho e do local às suas residências. Uma medida ampla. O partido CHEGA apresenta a seguinte proposta, que tratará de enviar pelo meio escrito e devidamente assinado. Um passe gratuito para todos os alunos do concelho, séniores residentes no concelho e na criação de um passe gratuito para a classe trabalhadora, na entrega de um passe para residentes que trabalhem no concelho sob prova de atividade laboral e com sistema burocrático acessível e simples para todos. Ainda e de forma a que esta medida alcance todos os munícipes de todas as freguesias do concelho de Albufeira propõe-se o seguinte: a circulação do GIRO até à freguesia da Guia, deixando em aberto a possibilidade da linha laranja fazer a sua passagem pelo Shopping da Guia com o seguinte circuito, terminal, Caliços, centro de saúde, parque de campismo, Vale Paraíso, Shopping da Guia, mercado municipal das Ferreiras e por fim a estação de comboios. Esta proposta, para além de ajudar os nossos cidadãos irá promover uma maior utilização dos transportes públicos, decréscimo no uso de veículos particulares e um combate à poluição ambiental. No dia onze de novembro de dois mil e vinte a Câmara Municipal de Albufeira celebrou um contrato de execução de empreitada de remodelação da Rua do Pacífico, com a empresa Hidralgar, equipamentos eletromecânicos, sociedade anónima. A empreitada foi contratada pelo valor de quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e um euros e dois cêntimos acrescido de IVA, no contrato ficou estabelecido que os prazos que constituem a empreitada seriam executados no prazo de noventa dias, contados da data do auto de consignação dos trabalhos. Acontece que até à presente data as obras aparentam inacabadas, a maquinaria e o material de obra continuam no local e a zona encontra-se impedida para o acesso aos veículos. Assim e a fim de analisar a situação em apreço, nomeadamente a data do auto de consignação dos trabalhos e eventuais pedidos de prorrogação de prazos, o CHEGA solicita desde já que lhe seja remetida em tempo devido o caderno de encargos desta obra. Para terminar, Senhor Presidente, na



última Assembleia Municipal, que teve lugar no dia dezassete de fevereiro foi solicitado pela deputada do partido CHEGA a seguinte documentação: prova de atividade da Associação Amigos de Angola, desde o ano dois mil e dezanove e envio dos últimos relatórios entregues à entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, bem como um esclarecimento, por escrito, que justificasse a elevada percentagem de perdas de água no concelho. Sucede que até à presente data os mesmos ainda não foram remetidos, como tal, venho entregar à Mesa da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo quinze da lei numero vinte e seis de dois mil e dezasseis de vinte e dois de Agosto, requerimento dirigido ao Senhor Presidente, no qual solicito o envio do mesmo, em prazo legalmente previsto.” -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, a questão que tenho para colocar ao Senhor Presidente vem no sentido da intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, que pediu que o projeto de remodelação entre a rotunda de Roja Pé e a praia das Belharucas não fosse realizado nos meses de Abril e Maio, devido à afluência e às unidades hoteleiras. Eu peço que não seja feita em tempo de época alta, época balnear, uma vez que eu própria também circulo por essa estrada, é a estrada que dá acesso à minha zona de residência e efetivamente causa transtorno porque é a única via que temos para circular. Portanto, peço não só em nome das unidades hoteleiras mas também dos residentes daquela área, que são bastantes. Outra questão tem a ver com o facto que é inevitável, efetivamente o tema do dia, do mundo, a guerra que assola a Ucrânia e que aproveitamos para manifestar a nossa solidariedade para com aquele povo que está a ser alvo de ataques indiscriminados e de luta pela liberdade. Nesse sentido e confesso o meu desconhecimento relativamente ao facto da Câmara estar associada e a acolher cidadãos ucranianos e refugiados e a integra-los na nossa comunidade, pergunto de forma concreta, para que seja do conhecimento público, que medidas estão a ser tomadas? A que nível? No sentido apoio social, nível de apoio económico, habitacional, educacional. Gostaria de saber e ser esclarecida, tanto eu como o resto dos munícipes, certamente. Também gostaria de saber em que medida o município tentará ajustar o acolhimento desses refugiados com o agravamento, ainda que persiste da pandemia das nossas condições do município a nível social e económico.” -----

Silvia Dias: “Boa noite, vinha realçar, a EN395 dá acesso de Ferreiras a Albufeira e depois para Paderne, existe um cruzamento que é de acesso à estação, que faz fronteira com a Rua das Texugueiras e a Rua do Norte, que já há alguns anos falou-se na criação



de uma rotunda. Existe ali muitos acidentes, como é de conhecimento público, porque quem passa ali diariamente costuma verificar, vinha questionar ao Senhor Presidente se é possível fazer a rotunda? Sim ou não e se não se é possível colocar as lombas de controlo de velocidade, porque iria ajudar muito a população naquela área residencial.” -

Mónica Félix: “Boa noite a todos, a minha intervenção consiste numa preocupação que Albufeira Prometida tem relativamente à guerra. Assistimos diariamente ao aumento brutal da eletricidade, do combustível e gás natural e questionamos ao Senhor Presidente no sentido de nos elucidar se existem previsões ou estimativa das consequências e impacto destes aumentos, no normal funcionamento dos serviços municipais, bem como o regular cumprimento dos contratos de prestação de serviço em vigor, uma vez que irão certamente ser revistos no sentido de alocar mais despesas ao município, como consequência do aumento dos preços, dos serviços, inevitáveis revisões do preço das empreitadas. Gostaríamos de saber o que está a ser considerado nestas matérias para acautelar estes grandes impactos que vamos sentir nos próximos meses ou talvez anos. Existe algum plano de emergência? Se sim, qual?” -----

Margarida Guilherme: “Boa noite a todos, este é um problema que já sinto há imenso tempo em Albufeira, o facto de os emigrantes que vêm para a nossa cidade terem necessidade de conhecer a língua portuguesa. Infelizmente com o que está a acontecer vamos ter esse problema acrescentado. Eu ainda não era deputada, já poderia aqui estar há muito tempo, não neste caso para os refugiados, mas para todos os cidadãos de origem ucraniana, origem indiana, paquistanesa, de todas as origens, temos cerca de cem nacionalidades em Albufeira, presumo eu. Isto já poderia estar a funcionar há imenso tempo, através do município, ou seja, o município já poderia ter tido e podia estar a funcionar um programa de língua portuguesa para estas pessoas que aqui chegam, todos eles com dificuldades económicas, se eles vêm, se emigram é porque vêm em busca de uma vida melhor e quando aqui chegam não têm dinheiro para pagar cursos e acabam por fazer, não aquilo que sabem fazer, fazem outras coisas e faz falta a aprendizagem da língua portuguesa e até da língua inglesa. Então, esta proposta vem nesse enquadramento, agora a pensar nos refugiados, compreendo que é uma época complicada, acabamos de ouvir colegas deputados a falar exatamente disso, de todas as revisões que têm de ser feitas, mas acho que isto é bastante importante, é muito difícil trabalhar quando não se sabe a língua. A nossa proposta é do Movimento Independente por



Albufeira, foi uma ideia que eu sugeri e toda a gente concordou. Vou passar a ler.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, até aqui as intervenções têm vindo a ser de eficácia externa, eu gostaria que olhássemos todos um bocadinho para dentro porque a minha intervenção vai no sentido da dinâmica e comportamento internos da Assembleia Municipal. Passo a ler, volvidos quase quatro meses desde a nossa primeira Assembleia Municipal, do presente mandato que ocorreu a quinze de novembro de dois mil e vinte e um, gostaria que tirássemos uns breves momentos para analisarmos o ponto de situação, a conduta dos meus pares, quer entre si quer entre os demais membros desta digníssima Assembleia. Peço que o façamos em conjunto, para que de alguma forma cada um de nós faça uma introspeção e quiçá possamos adequar comportamentos e condutas para que o nosso digníssimo trabalho, bem como os interesses dos Albufeirenses possa ser acautelado e consigamos fazer mais e melhor e passando a concretizar e a exemplificar ao que me quero referir. O uso da palavra muitas das vezes tem sido cortado, quer aos deputados da Assembleia Municipal, quer aos Vereadores, quer ao Presidente da Câmara, que tal tem sido perpetrado quer por deputados municipais quer por munícipes presentes. Qualquer interrupção num discurso resulta numa perda de raciocínio, ou seja, quem sai prejudicado são todos os beneficiários de tal discurso, explicação ou esclarecimento. As sessões da Assembleia Municipal, como se sabe, são transmitidas via Youtube, com três câmaras, a transmitir em direto e em simultâneo. Uma direcionada para a Mesa da Assembleia, e cada uma das outras direcionada quer para a plateia esquerda quer para a plateia direita, entenda-se não cores partidárias, não quadrantes políticos, mas mesmo esquerda e direita. Sendo que na câmara da esquerda capta também a intervenção de todos à exceção dos elementos da Mesa. Ao nível dos microfones existem cinco ativos, três distribuídos aos três elementos da Mesa, um ao Presidente da Câmara e um último para os deputados da Assembleia Municipal e munícipes, junto à entrada da sala. Quando o elemento se encontra a intervir e alguém que se encontre sentado no seu lugar começa a cortar a palavra, a entrar em conversa cruzada ou a confrontar a pessoa que se encontra no uso da palavra, para além da notória falta de respeito resulta que quem está em casa a assistir via Youtube apenas se apercebe de um corte, uma interrupção, uma quebra de raciocínio, mas não consegue sequer perceber o que foi dito pela pessoa que faltou ao respeito à pessoa que estava no uso da palavra. Na minha singela opinião, tais comportamentos não visam representar



quem nos elegeu e muito menos servi-los condignamente. Pelo que solicito aos demais membros desta digníssima Assembleia que se abstenham de o fazer, que nos respeitemos mutuamente e ao nos abstermos de tais comportamentos impulsivos dignifiquemos a presente Assembleia Municipal. Solicito também ao Presidente da Assembleia Municipal, sempre que tais cortes, interrupções, conversas cruzadas e outros ocorram, que com a sua autoridade ponha cobro às mesmas. Outro exemplo, ocorreu recentemente aquando da intervenção de alguns vereadores, recordemos que todos os que se encontram nesta sala foram eleitos, tenham sido como deputados, como Presidentes de Junta, como Vereadores, quer como Presidente da Câmara, pelo que todos são merecedores de respeito no desempenho das suas funções. Existe e deve existir um respeito institucional entre todos os eleitos, sendo que é um exercício que nos caberá a todos, pois uma vez mais e só assim poderemos dignificar o mandato que nos foi conferido. Pelo que solicito de ora avante, que os demais membros desta Assembleia se abstenham de o fazer e que nos respeitemos mutuamente e abstermos de tais comportamentos impulsivos. Por último e não menos importante, recordo aos meus pares que o nosso estatuto de eleito local não se cinge a estas quatro paredes e apenas e só quando nos encontramos no decorrer de uma sessão da Assembleia Municipal, antes pelo contrário, nós fomos eleitos por um mandato de quatro anos e os nossos deveres e direitos aplicam-se aos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, no decorrer dos quatro anos do mandado dois mil e vinte e um dois mil e vinte e cinco. Concretizando, as nossas ideologias podem ser diferentes, poderemos ter mapas políticos diferentes, poderemos advir de áreas e campos de atuação profissional diferentes, podemos e devemos questionar raciocínios, as ideologias, as análises e interpretações técnicas dos pontos que estão sujeitos a análise, mas não devemos nem podemos, em momento algum e em nenhum local denegrir, injuriar, difamar e ofender a honra de qualquer eleito local. Acrescento que, ainda que não seja a minha pretensão tornar o assunto público, já fui benevolente uma vez com comportamentos desrespeitosos para com a minha pessoa, mas não o serie mais. Por último digo que as ofensas que me foram dirigidas dizem mais de quem as proferiu do que da minha própria pessoa. Em suma, continuaremos sim o nosso mandato praticando e fazendo praticar as boas práticas e o respeito institucional.”-----

Leonardo Paço: “Boa noite a todos, gostaria mais uma vez perguntar ao Senhor Presidente se o Conselho Municipal de Segurança já tomou posse, se sim, se o mesmo já reuniu alguma vez? Continuando a falar de Conselhos Municipais, também gostaria de



saber se o Conselho Municipal de Educação neste mandato vai ser uma realidade, conforme a Lei obriga, ou se vai acontecer como no mandato anterior, que nem sequer chegou a existir, incumprindo a lei. Gostaria de saber qual o motivo que levou à Polícia Municipal interromper a realização do Circo que está montado no terreno ao lado do Hospital Lusíadas, pois o circo está devidamente autorizado por esta Câmara Municipal."

Carlos Mendes: "Boa noite a todos, gostaria de saber o que é que estão a pensar relativamente aos frutos secos do nosso concelho. Temos em zonas públicas, em zonas que pertencem ao concelho e visto o elevado valor que esse mesmo produto tem atualmente, cerca de cinquenta euros por quinze quilos, pergunto se se está a pensar fazer o mesmo que se faz com a cortiça? A cortiça deste concelho, existe um concurso público, neste caso de dez em dez anos, salvo erro, que é o tempo que leva a árvore a produzir. Essa pergunta faço aqui porque ao valor que a alfarroba nesta altura tem, o fruto seco, é muito elevado e há muita dentro do nosso concelho e isto vai dar muitos milhares de euros em receita para o município. Perguntar o que o município está a pensar fazer em relação a esse assunto?"-----

Presidente da Câmara: "Obrigado pelas questões levantadas, algumas delas são pertinentes e enquadra-se perfeitamente naquilo que é a atividade do município. Relativamente à Senhora Presidente da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a primeira questão sobre a possibilidade da Junta de Freguesia ter um espaço na Rua do MFA, pode ser reequacionada, tem de ser estudada. No entanto é bom ver que a situação dos refugiados ucranianos é uma situação que tem três semanas, portanto não temos as coisas muito atrasadas, mas registo a sua preocupação, entendo, é preocupante e havemos de encontrar uma solução, embora a junta de freguesia seja um órgão autónomo, pode perfeitamente tratar desse assunto, tal e qual como a Câmara pode fazê-lo. A estrada das Açoteias, evidentemente que as obras não irão correr em meses que se preveem de grande movimento turístico, isso não vai acontecer, apenas alguns remendos e nos próximos dias, até ao fim de Março, porque o mês de Abril e Maio com obras para dois meses, nem pouco mais ou menos, ainda por cima uma empreitada onde se prevê a colocação de canalizações de águas, é impossível pensar nisso. Nunca é o prazo que é dado, aumenta sempre o prazo quando há canalizações, é aquilo que se poderá chamar uma desgraça, raramente não acontece alguma perturbação e o tempo aumenta, em vez de ser dois meses passa a três ou mais. E naquela zona claro que é impensável uma obra daquela envergadura naquele local. A obra tem de ser feita a partir do mês de



outubro. Relativamente à questão do quartel da GNR dos Olhos de Água, já disse variadíssimas vezes o que se passava com este problema. Foi assinado um protocolo com a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna e a Câmara Municipal. A Secretária de Estado ainda era a Dra Isabel Oneto, portanto já vai uns aninhos bons, no sentido de que a Câmara elaboraria os projetos de arquitetura e especialidades e contribuía com metade do valor estimado da obra, a empreitada estimava-se, na altura, em quinhentos mil euros, portanto, ficaria duzentos e cinquenta mil euros para cada entidade, a Secretaria de Estado da Administração Interna e a Câmara Municipal de Albufeira. A partir desse momento começou-se com a elaboração do projeto de arquitetura, o projeto de arquitetura sendo uma propriedade do Ministério da Administração Interna tem que ser validado e tem de ser proposto em termos de alterações ou não, mas tem de ser validado pela Secretaria Geral da Administração Interna, facto que tem demorado imenso tempo porque se hoje uma janela está de um lado amanhã já não devia de ser já é no outro lado, se a porta abre para fora depois volta para trás porque é para abrir para dentro, tem sido quase dramático esta problemática de chegarmos aqui a um acordo. O último foi há quinze dias ou três semanas, perguntaram se estaria nas condições de contribuir com o mesmo tipo de apoios. Claro que sim, agora só esperar que o Governo tome posse para que isto se termine de uma vez por todas, porque realmente, conforme disse e estou de acordo, já é vergonhoso demorar tanto tempo, mas temos feito aquilo que é possível, porque a entidade da Secretaria Geral não tem sido muito simpática neste campo, ou nada simpática, antes pelo contrário. Relativamente à questão da Policia Municipal, evidentemente que a Polícia Municipal terá que ter horários, podem depois ser fornecidos à Junta de Freguesia e os elementos são por turnos, tem de haver umas pessoas de folga, outras de serviço interno, mas são ao todo dezasseis polícias municipais neste momento. Relativamente à Luna Silva, obrigado pelas suas questões, diz que o combustível aumentou onze vezes, mas no ano de dois mil e vinte e um aumentou vinte e uma vezes, embora não tenha sido aumentos tão significativos como têm sido agora, obviamente, todos nós sabemos qual a razão destes brutais aumentos. Penso que o Governo está a tomar algumas medidas para aligeirar um pouco a fatura relativamente a esta energia, gasóleo e gasolina. Os outros países também não são exemplo, também acontece as mesmas coisas, penso que até na nossa vizinha Espanha, segundo se fala o preço dos combustíveis já é tão ou mais alto que cá, a causa é a mesma, as consequências é que poderão ser ligeiramente diferentes,



tendo em conta as condições do país, mas também tendo em conta a situação dos impostos, que é a maior parte à volta de cinquenta por cento dos impostos sobre o combustível. Relativamente à questão dos passes é uma questão de reavaliar a situação, fazer uma avaliação sobre o impacto em termos de custos, quer o passe escolar quer o passe dos trabalhadores. Relativamente ao caderno de encargos da obra da Rua do Pacífico vou providenciar para que lhe seja enviado dentro de pouco tempo, aliás o Eng. Batalha está aqui deve tomar conta da ocorrência. Assim como o ponto seguinte que era relativamente à questão da ERSAR, os documentos que são enviados para essa entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos sólidos também poderá ser enviado para si. Depois, Leonardo Paço fala do Conselho Municipal de Segurança, ainda há pouco estive a ver e faltam um ou dois elementos para serem referenciados e penso que na próxima semana teremos esses dados que faltam e podem tomar posse nessa altura e imediatamente após a posse reúne-se. Bem como o Conselho Municipal da Educação que, já estão todos os elementos identificados é só reunir, dentro de poucos dias. A Polícia Municipal fez uma intervenção no circo porque, segundo me disseram houve uma observação de um facto que não estaria nas boas regras de qualquer funcionamento, que era um tubo de água a passar por cima de um poste de eletricidade de iluminação pública e daí ter havido uma denuncia e em consequência dessa denuncia ter havido uma intervenção da Polícia Municipal nesse campo. O problema agora já estará resolvido, aliás o circo já estava a levantar ferros para ir embora. Relativamente ao senhor Carlos Mendes falou na questão dos frutos secos, qualquer coisa que a Câmara aliene, seja património imobiliário ou não, nesta caso é um património, tal e qual como a cortiça, como disse e bem a cortiça é só de nove em nove anos, neste caso das alfarrobas, obviamente que tem de ser feito um procedimento público em que as pessoas apresentam as propostas, tem de ser necessariamente sempre assim. Evidentemente que não temos um guarda em cada alfarrobeira, dado os preços que elas têm, evidentemente que torna-se o apetite mais aguçado para o valor que elas têm. A Carla Vieira, a estrada das Açoteias já respondi, medidas relativamente à parte daquilo que é as consequências da guerra que estamos a ultrapassar neste momento, é um pouco difícil termos neste momento completamente avaliados ou não, porque a qualquer momento surgem coisas diferentes, as consequências serão com certeza nefastas. Ainda há pouco falava aqui com o Senhor Presidente antes da reunião, foram dois anos de pandemia terríveis, com imensos gastos e não só, a questão da saúde e a parte social, do emprego, tudo isso tem sido terrível ao

longo destes dois anos e agora, prevendo-se que havia de ser um ano bom, ainda hoje me disseram que já estão a cair vários cancelamentos de reservas. Terá que haver necessariamente uma redução de custos a nível do município, a vários níveis, não porque as receitas também não podem ser tantas como se poderia pensar que eram, mas os custos têm de ser obviamente reduzidos. A Silvia Dias falou na E395 Albufeira Ferreiras, a questão no cruzamento com a Rua do Norte, essa parte já é das Infraestruturas de Portugal, já não pertence ao município. No entanto, exemplo daquilo que aconteceu num pedido feito às Infraestruturas de Portugal, para colocar uma almofada de berlim, aquelas lombas em quadrados emborrachadas que há muitos por aí, junto ao restaurante Zip no Purgatório, eles entenderam que não era necessário e não autorizaram. Eles têm de autorizar a Câmara colocar lombas ou aquelas almofadas ou fazer uma rotunda. Inclusivamente na N125, também da responsabilidade da IP, tinha-se pedido para fazer uma rotunda na entrada e saída do Zoomarine, entenderam que não porque estaria muito próximo da outra e é verdade, mas seria uma forma mais fácil de escoar à saída ou à entrada para o parque de estacionamento do Zoomarine. A Mónica Félix falou na questão das energias, vamos ter e temos esse problema, que impacta com tudo, é um assunto que é terrível, da energia depende tudo, desde a eletricidade aos combustíveis fósseis. As empreitadas vão ser completamente diferentes, os serviços prestados vão ser revistos, com certeza alguns contratos, não digo todos, mas alguns, portanto teremos que ir equacionando e dentro de poucos dias teremos de fazer um plano de contingência para evitar alguns males maiores. Relativamente à Margarida Guilherme sobre a questão da língua portuguesa, já temos em andamento e em parceria com o IEFP e com o CLAIM, e em colaboração também, salvo erro, com a escola secundária, já estamos em colaboração nesse sentido. Alguns membros da Associação Alegria do Leste também falaram numa outra situação que é, as crianças que vêm da Ucrânia, estão na perspetiva de regressar um dia às suas terras, deveriam de ter, durante o tempo que estão cá, ter as matérias do ensino na Ucrânia, para quando regressassem não havia um desequilíbrio. Isso é mais difícil, mas temos de ter outra coisa em atenção, numa altura em que a mão-de-obra escasseia, há uma relativa facilidade de mão-de-obra, só que o que acontece é que os refugiados normalmente trazem crianças muito novinhas ou então são pessoas idosas que já não estão em idade de trabalho. Temos de criar espaços, alguém tem de tomar conta das crianças, tem de haver alguma organização até junto com os empregadores para juntar as crianças as



crianças num determinado espaço. Porque se a mãe ficar a cuidar dos filhos não consegue ir trabalhar e para além de não conseguir obter nenhum apoio financeiro para se poder alimentar, vestir, não ganha literalmente nada, torna-se mais problemático ainda. Tudo isto é uma situação nova, já temos alguns no concelho, embora ainda os que chegaram estão todos em casas de familiares, embora tenham sido transportados pela Câmara Municipal, fomos buscar ontem dezasseis ou dezassete a Abrantes e hoje foram alguns a Odivelas, transporte municipal.”-----

Presidente da Assembleia: “Quero deixar uma palavra de solidariedade para com o povo Ucrainiano e deixar fazer minhas as palavras que o Senhor Presidente da República proferiu há uns dias, que quer toda a classe política, o Governo, a sociedade civil, as autarquias e o povo e todas as entidades se uniram no sentido de prestar o apoio possível, que efetivamente foi e está a ser prestado, não só no acolhimento mas também na entrega e recolha de bens essenciais para com os refugiados e também destinados ao envio para o povo ucraniano.” -----

Silvia Dias apresentou e leu moção. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----
 Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia sobre a Moção apresentada pela bancada do PS, o Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.-

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A moção foi aprovada por **unanimidade**.-----

Domingos Coelho apresenta e lê moção conjunta. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Carlos Quintino apresenta e lê continuação da moção conjunta. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Raul Ferreira: “Os meus cumprimentos a todos, quero realçar que o MIPA está solidário com o povo da Ucrânia, subescrevemos esta moção de espírito aberto e logo achamos

que o conteúdo expressa a nossa posição, contudo, como todos sabem, não podemos esquecer uma coisa, saímos de uma situação de pandemia, o nosso concelho tem muita gente com dificuldades, temos que estar focalizados em ajudar estas pessoas que necessitam de ajuda, que vêm da Ucrânia e todo o apoio será pouco para satisfazer as necessidades delas, no entanto, não podemos descurar ou tirar o foco também das nossas instituições e das nossas gentes que também estão numa situação bastante incomoda e bastante difícil. A guerra não é boa para ninguém, não é boa para a economia nem é boa para a qualidade de vida das pessoas, é uma guerra que tira a vida às pessoas, portanto não vem beneficiar ninguém, portanto, temos que ajudar essas pessoas. Mas lanço aqui o repto novamente, não vamos tirar o foco daquilo que também é importante, que são as nossas pessoas que neste momento estão a passar dificuldades, são as nossas associações que continuam a necessitar de apoio e peço à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente que olhe para esta situação de uma forma atenta e com o cuidado necessário." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia sobre a Moção conjunta, o Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A moção foi aprovada por **unanimidade**.-----

Raul Ferreira apresenta e lê voto de pesar. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia sobre o Voto de Pesar, o Presidente da Assembleia colocou o mesmo a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) André Lima. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho,

Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

O voto de pesar foi aprovado por **maioria**.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 21-02-2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não esteve presente na referida sessão o membro Nelson Cachita, pelo que não votou.-

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dois e três proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do plano 2022;-----



PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, incluindo a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Mendonça: "Muito boa noite a todos, a minha pergunta é muito direta e é dirigida ao Senhor Presidente o qual peço uma resposta igualmente direta. Se o chumbo da revisão orçamental na passada Assembleia inviabilizou e não permitiu que se continuassem a entregar os apoios sociais no mês passado?" -----

Carla Vieira: "A minha intervenção vem no sentido de pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente relativamente à revisão do orçamento e das GOP, tendo presente que, como sabemos, o orçamento foi aprovado pela maioria a vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, estamos a catorze de março e estamos perante uma primeira revisão do orçamento e das GOP e sendo certo que os documentos já sofreram pelo menos cinco alterações orçamentais. É certo e sabido e notório que o orçamento é um orçamento muito curto, muito justo, que não dá efetivamente margem para grandes investimentos, nem margem para grandes dotações extra orçamentais, por isso a nossa questão é evidente e o Senho Presidente já teve oportunidade para responder a questões no âmbito antes da ordem do dia, é que efetivamente vamos ter que apertar o cinto, vamos ter que aprender a viver com esta dura realidade, que estamos a viver uma crise social e económica grave a crescer à guerra que nos assola e este orçamento não nos dá margem para efetivamente haver gastos extra. Por isso, perguntamos ao Senhor Presidente se efetivamente e tendo conhecimento que o município tem cerca de mil e trezentos funcionários, se existe ou se já pensaram em rever os contratos de prestação de serviços, quer de limpeza, quer de serviços técnicos e outros, no sentido de não adjudicar a terceiros, empresas terceiras esses serviços, mas sim alocar funcionários a este tipo de funções. Por outro lado, verificamos que o município prevê despende da quantia de quinhentos e cinquenta mil euros para aquisição de serviços jurídicos e de contencioso. Perguntamos se efetivamente é absolutamente necessário despende desta quantia? Se os serviços jurídicos do município, sendo certo que, temos conhecimento que existem advogados avençados, se não têm realmente capacidade para intervir em



processos judiciais e naturalmente que se pouparia muito dinheiro com estas despesas que, no nosso entender podem ser desnecessárias. Por isso, apelamos a que haja um pensamento de contenção, de efetivo rigor na execução deste orçamento, para que seja efetivamente cumprido." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão que a deputada Inês Mendonça colocou sobre os apoios, se foram prejudicados ou se não foram pagos por via da não viabilização da revisão, não necessariamente, já foram pagos subsídios de arrendamento de janeiro e fevereiro, estamos no mês de março, portanto está em dia. Há pouco alguém falou para a Câmara não se esquecer dos apoios a todas as instituições de solidariedade que estão no concelho, dado o apoio que têm dado a todos os residentes, mas agora não apenas aos residentes, também aos refugiados, por isso é que na reunião de gestão que houve aqui foram convidados a estarem presentes todas as IPSS, precisamente para que continuar com esse tipo de relação. Sabemos nós que as IPSS não têm capitais próprios para poder ombrear estas responsabilidades sociais de servir os mais carenciados, obviamente que terão que ser os fundos municipais a contribuir para esse facto. Por isso não vão ficar esquecidos e até ao momento tem sido tudo pago, não há problemas de maior, pelo menos que eu tenha conhecimento. A deputada Carla Vieira falou em apertar o cinto, já falei nisso, acho que temos que rever muita coisa sobre aquilo que é a execução deste orçamento, é um orçamento muito apertado, não há quase espaço de manobra, era bom que fosse de outra forma. Recordo que em dois mil e oito tivemos aquela crise financeira, depois houve dois ou três anos que a situação se inverteu e estaríamos a evoluir economicamente e socialmente também, apareceu-nos há dois anos atrás a pandemia e agora em consequência esta situação da guerra e este aumento brutal daquilo que são as energias, impacta com tudo aquilo que é empreitadas, prestação de serviços. Evidentemente que tem de ser tudo muito racionalizado e estamos a tentar rever algumas coisas dentro do possível, evidentemente que há situações que são urgentes e que carecem de ser resolvidas, mas tudo o que for gorduras, como se costuma dizer, deverá ser anulado. É uma promessa que fica aqui de bastante contenção, porque temos de fazer aqui algum equilíbrio, porque também não podemos morrer, não podemos desistir, tem de haver algum equilíbrio nos gastos." -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, Senhor Presidente em relação à resposta que deu à colega Inês Mendonça, fico contente por ouvir dizer que os munícipes que tinham apoios não foram afetados pelo chumbo da revisão do orçamento, isto porque muito apesar de



dizer isso, eu fui interpelada por pelo menos duas pessoas que estão a receber apoios sociais e que me vieram perguntar o que é que se passava que já lhes tinham dito que este mês não iam receber os dinheiro do apoio da renda e são pessoas que realmente precisam. Não sei a veracidade disso, sei que fui interpelada por eles por isto. Queria deixar aqui uma nota, depois da Assembleia em que foi chumbada a revisão, por parte da oposição foram feitas pelo menos duas publicações nas redes sociais, vale o que vale, por elementos que estão nesta sala e fazem parte do executivo e da bancada do PSD, que apontavam o dedo à oposição pelo chumbo e pela consequente penalização, entre outros, desses apoios sociais aos munícipes. Nesses comunicados, tenho aqui algumas frases que retirei de lá: "A revisão orçamental chumbada pretendia reforçar algumas rubricas do apoio social. Esta posição não prejudica quem está no poder mas sim Albufeira". Havia outro comunicado que se podia ler: "a era do não só porque não. E com este chumbo ficarão a braços com a árdua explicação a dar aos munícipes de Albufeira de que, com o chumbo o saldo de trinta e seis milhões não poderá ser recanalizado para áreas de especial importância, tais como a ação social. Por mim estarei cá para recordar a todos de quem perpetua tal chumbo e que com tal colocou em crise uma série de serviços e projetos e como resultado último o impacto que causará nos nossos albufeirenses". Eu noto aqui uma mensagem subliminar de uma retaliação indireta a quem recebe apoio social. Daí eu depois ter sido confrontada por estas pessoas a perguntar o que se passava e se iam deixar de receber esse apoio. Eu precisava de saber se realmente o Senhor Presidente tem conhecimento destes comunicados e do conteúdo deles e se isto reflete a sua posição efetiva em relação aos apoios sociais. E se o chumbo da revisão foi a razão para andarem a dizer aos munícipes que iriam cortar os apoios sociais que já existiam e que já constavam em orçamento? Queria terminar dizendo que o PS apenas pretende equidade na distribuição das verbas e dos valores por todas as freguesias. Quando isto não acontece temos de usar as armas que temos, inclusive chumbar revisões orçamentais para conseguirmos voltar atrás e entrar no caminho certo. E foi isso que aconteceu. Portanto, é inadmissível para nós, que sejamos alvo de apontamentos de dedos e atribuições de culpas únicas pelo chumbo da revisão, dizendo que os apoios não vão ser dados porque o PS chumbou a revisão. Nós não estamos na "era do não porque não", estamos na era do vamos fazer por todos o melhor que conseguirmos."-----
Presidente da Câmara: "Repito que não foram cortados nenhuns apoios. Comunicados não emiti nenhum, não sei que comunicado é, não sou frequentador do Facebook nem nas

redes sociais, portanto não sei. Se houve alguém que a nível individual escreveu alguma coisa isso é outra questão, eu não emiti comunicado nenhum. Se seria alguma coisa diferente caso a revisão tivesse passado naquela última Assembleia Municipal, evidentemente que alguma coisa seria diferente, com certeza, estariam disponíveis trinta e seis milhões de euros, que não estão ainda disponíveis, iria apressar alguns procedimentos que estavam pendentes daquela situação, mas isso não inviabiliza que com estas três semanas, se vá fazer coisas muito parecidas daquilo que estava previsto antes. Com certeza que houve atrasos, mas isso é algo que temos de viver com isso democraticamente.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto dois a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DOIS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quinze (15) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-----

Votos a favor: dez (10) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quinze (15) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-----

Votos a favor: dez (10) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Helena Simões apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----

Luna Silva apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 7 anexo a esta ata) -----

Leonardo Paço: "Depois de encetadas negociações entre o PS e o executivo, em relação às GOP, mesmo tendo o executivo feito pequenas alterações nas mesmas, simultaneamente foi assinado uma declaração de compromisso para revisões futuras, logo conscientemente não poderia votar de outra forma, senão favoravelmente." -----

Domingos Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 8 anexo a esta ata) -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS reafirma que este é o orçamento possível, dentro dos constrangimentos atuais, que todos conhecemos. Mostra-se solidária com o executivo naquilo que foi o esforço de algo conseguido com as outras bancadas, entende que esse é um procedimento a seguir no futuro, sugere até ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que independentemente desses encontros possa também acontecer conferencia de lideres das bancadas, em momentos a determinar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque estes pontos fazem-se efetivamente com diálogo e o importante é que efetivamente todos consigamos chegar a bom porto para aquilo que é o bem-estar e o melhor para Albufeira e para os albufeirenses." -----

Mónica Coimbra apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 9 anexo a esta ata) -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à estimativa de repartição de encargos afetos ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à estimativa de repartição de encargos em procedimentos plurianuais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Raul Ferreira, Nelson Cachita, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais pelo valor base de 630 000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Da análise que efetuamos ao contrato de manutenção dos campos desportivos e espaços verdes verificamos em comparação com o anterior contrato que o valor é quase o dobro, ou seja, o anterior foi um valor de trezentos e oitenta e sete mil cento e oitenta euros mais iva e agora é nos apresentado um contrato cujo valor é de seiscentos e trinta mil acrescido de iva. Questionamos quais as diferenças para um aumento brutal destes serviços, do último contrato para este?" -----

Presidente da Câmara Municipal: "Não consigo agora dizer qual foi a razão e a diferença substancial que há entre os contratos, mas penso que poderá ser o número de anos de vigência do contrato ou a qualidade do serviço. Isto foram os valores encontrados pela parte técnica. Posso verificar e depois responder, mas agora aqui não tenho a noção da diferença que há entre um e outro." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso público para aquisição de GPL a granel ou canalizado, propano e butano em garrafa, pelo valor base de 272.644,60€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "A minha questão é muito simples, questiono o Senhor Presidente se efetivamente o valor base indicado de duzentos e setenta e dois mil seiscentos e quarenta e quatro euros e sessenta cêntimos acrescido de iva, para aquisição do GPL a granel ou canalizado já contempla e estima os aumentos e a inflação dos preços que estamos todos a sofrer?" -----

Presidente da Câmara: "Seguramente não, porque não era com essas condições quando se iniciou o procedimento, mas depois há de haver algum equilíbrio financeiro do possível contrato." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme estabelece a alínea k) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta - FNFV - Federação Nacional de Futevólei - Estatuto de Utilidade Pública; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS reconhece a utilidade desta federação. É uma federação que está sediada em Albufeira e que representa atletas de todo o país e vem deste modo realçar efetivamente aquilo que é a utilidade da FNFV e também realçar a existência de atletas de dois clubes, do Imortal Desportivo Clube e do Futebol Clube de Ferreiras, que são federados desta associação e que participam nestas competições. Aproveitar também para fazer um apelo, enaltecendo a iniciativa do executivo trazer aqui esta proposta, fazer um apelo à federação em apreço, que fomente a inclusão de mais clubes concelhios nesta prática desportiva." -----

Presidente da Câmara: "É uma federação que está sediada em Albufeira, como disse o deputado Carlos Quintino e era bom que essa federação desenvolva a própria modalidade para podermos ter mais clubes, mais praticantes dessa modalidade." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA - “Proposta para a realização de rastreio anual à Diabetes nas escolas do concelho”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Adriano Ferrão: “Boa noite, o que aqui me trás é, não querendo de maneira nenhuma diminuir a boa fé que o documento possa ter, queria lembrar algum enquadramento legal que está por trás do que está aqui mencionado nesta moção. Queria lembrar que a DGS a dezoito do um de dois mil e doze e a vinte e três do onze de dois mil e dezasseis manifestou uma clara preocupação com estes casos de diabetes no âmbito escolar. Nessa altura delineou um plano que se chamava PSI, Plano de Saúde Individual, que se prendia com as preocupações desses jovens tem que se lhes administrar insulina, têm de ter uma alimentação adequada e têm de ter uma atividade física condizente com a sua saúde. Assim, mais tarde, os Ministérios da Saúde e Educação conjuntamente emitem um despacho número oitenta e dois noventa e sete de dois mil e dezanove, no qual os encarregados de educação obrigatoriamente comunicam o caso da sua criança/jovem, ao executivo do agrupamento no ato de matrícula e o agrupamento por sua vez comunica e implementa a atuação da chamada equipa de saúde escolar. Esta tem elementos quer da educação quer da saúde e está em sintonia com o centro de saúde local, que garante os recursos humanos necessários e o próprio médico de família fornece as orientações para elaborar um plano terapêutico adequado a cada caso. Assim, parece-me que quanto à diabetes M1 que está no documento o despacho vai mais longe que a moção que nos foi aqui trazida, pelo que talvez não fosse tão necessário quanto isso. O despacho, porém, não aborda a diabetes M2 porque essa não tem praticamente incidência nos jovens e nas

crianças, é algo muito diminuto e insignificante, por isso os ministérios não acharam necessário legislar sobre a situação. De qualquer maneira falar que a diabetes é uma doença com incidência em crianças e jovens, sobretudo a M1, vem sempre com propósito e por isso o meu voto vai ser de abstenção." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) André Lima. -----

Abstenções: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

André Lima: "A minha declaração de voto não tem a ver necessariamente com o conteúdo da moção, a qual não tenho nada contra, tem a ver por ter sido apresentado por um partido que continua a ter princípios e um líder abertamente racista e xenófobo, inclusive nestas ultimas situações, parece que agora temos refugiados do bem quando os anteriores não eram tão importantes, por isso, parece-me a mim que primeiro deverão repensar e aproximar-se dos princípios da democracia, do humanismo e da decência, pelo menos e depois, poderemos eventualmente começar a discutir políticas, ideias e propostas."-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

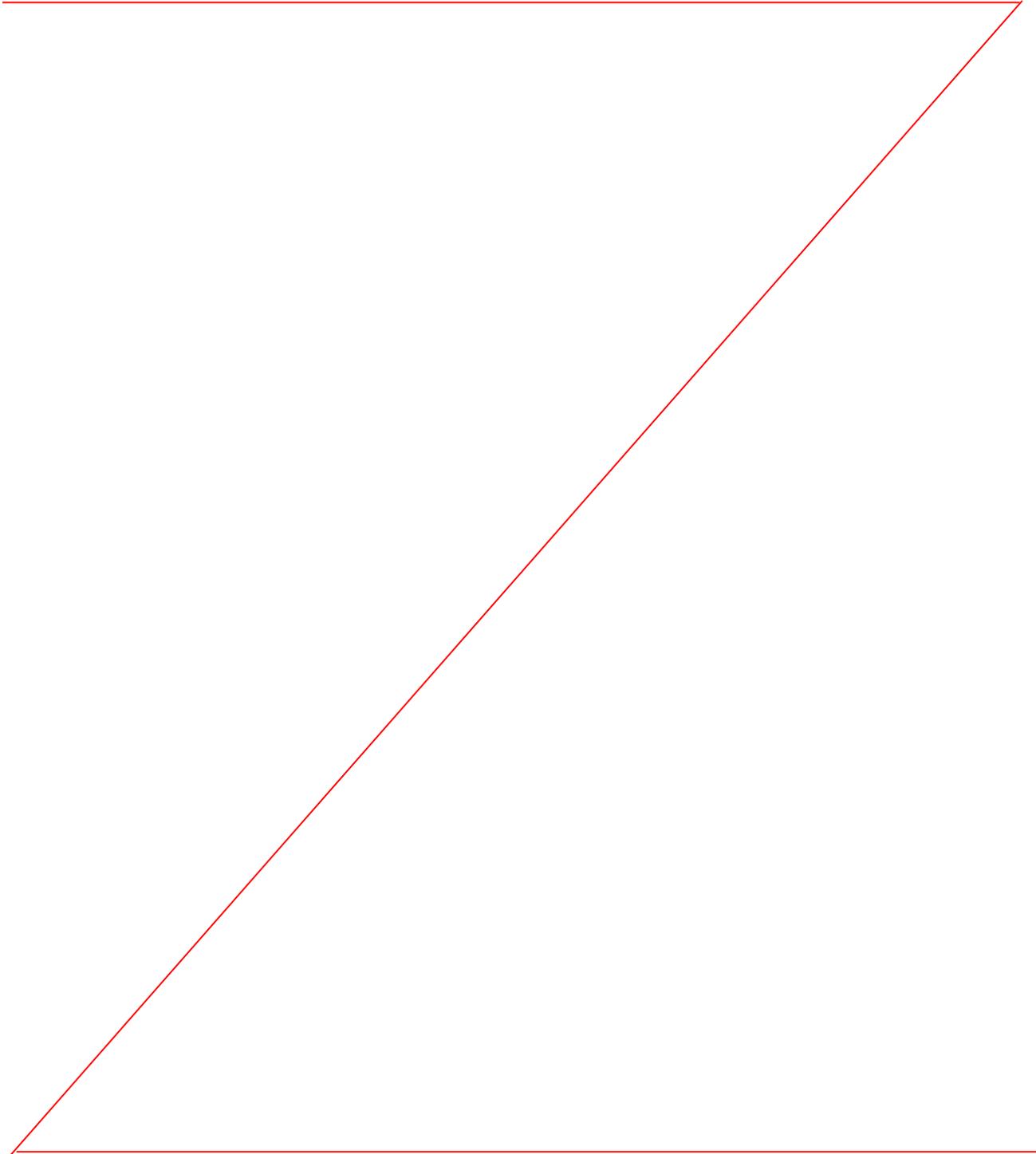
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Março de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Proposta: Criação de um Programa de Ensino de Língua Portuguesa e de língua inglesa para cidadãos refugiados a inserir no mercado de trabalho no concelho de Albufeira

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Francisco Oliveira,

No contexto de calamidade a acontecer neste momento na Europa, nomeadamente a guerra na Ucrânia, eu e os restantes deputados do Movimento Independente Por Albufeira consideramos ser de carácter urgente que o município proceda à criação de um Programa de Ensino de Língua Portuguesa para cidadãos de origem ucraniana, assim como de outras nacionalidades – com o estatuto de refugiados – por forma a serem inseridos no mercado de trabalho no concelho de Albufeira, com a maior brevidade possível, e de modo a proporcionar-lhes a integração num tipo de vida minimamente normal, assim como preconizado pelo governo central. Efetivamente, qualquer exercício de atividade laboral no nosso país, implicará o conhecimento mínimo da língua portuguesa.

Por razões óbvias, relacionadas com a atividade turística, consideramos que o conhecimento mínimo da língua inglesa também será essencial, de modo a poderem prestar serviços nesta área de atividade, a qual engloba a maioria dos postos de trabalho do nosso concelho.

Desde já, eu, Margarida Guilherme, como deputada, professora de línguas e cidadã desta cidade, me disponibilizo para qualquer tarefa que seja necessária neste âmbito, tais como a coordenação ou mesmo a concretização de programas e lecionação destes cursos, caso o executivo deste município assim o entenda.

Nesta sequência, trazemos hoje esta proposta para ser considerada pelo executivo, por considerarmos ser de carácter urgente,

Margarida Guilherme

Raúl Ferreira

Carlos Mendes

Nelson Cachita

(Deputados do MIPA)

Albufeira, 14 de março de 2022



Doc. 2



PROPOSTA DE MOÇÃO

Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março celebrou-se em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, comemoração assinalada desde 1910, por proposta de Clara Zetkin, na 2.ª Conferência Internacional de Mulheres. Tal proposta pretendeu assinalar a luta das mulheres pela sua emancipação, a luta das sufragistas pelo direito ao voto e a luta das operárias têxteis pela redução do horário de trabalho e por condições dignas.

Em Portugal, com a implantação da República em 1910, surgem as primeiras organizações de defesa e luta pelos direitos das mulheres, direito ao trabalho e à educação. Contudo, só após a Revolução de 25 de abril de 1974 se consagrou o sufrágio universal e foram abolidas as restrições ao direito de voto baseadas no sexo dos cidadãos.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX.

O dia 8 de março tornou-se assim num marco na história da emancipação das mulheres, sendo também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda lhes são negados, pela igualdade de tratamento e de oportunidades.

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito à interrupção voluntária da gravidez de forma segura. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.



Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem ainda enormes desigualdades.

O Partido Socialista está associado às profundas alterações legislativas ativas e políticas na promoção da Igualdade de Género e Não Discriminação, que permitiram avanços civilizacionais, reconhecidos hoje como estruturantes de direitos, liberdades e garantias.

Pela ação do Partido Socialista foram aprovadas as Leis da Paridade, da Procriação Medicamente Assistida, da Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, do Casamento Civil, entre pessoas do mesmo sexo, a Identidade de Género, a Adoção por casais do mesmo sexo, o Regime Jurídico sobre a Violência Doméstica e a Revisão do Código do Trabalho.

Orgulhamo-nos deste papel pioneiro que muito tem contribuído para a garantia de direitos fundamentais e respeito pelos direitos humanos.

Apesar destes avanços é necessário vencer os constrangimentos e barreiras que ainda se colocam às mulheres, nos vários domínios na ação pública.

Precisamos de uma Nova Agenda para a Igualdade e Não discriminação que possa conduzir, paulatinamente, à paridade plena que todos desejamos.

As mulheres estão sub-representadas nos órgãos de topo das empresas privadas, no setor empresarial público, local e central, nos Conselhos de Administração das grandes empresas, no setor bancário e no Poder Local.



Dos 308 municípios, apenas 24 mulheres exercem os cargos de Presidentes de Câmara (8%), e representam 26% na totalidade dos membros efetivos dos executivos municipais.

Esta sub-representação reflete-se nas Entidades Intermunicipais, quer ao nível dos órgãos políticos quer ao nível dos órgãos de gestão executivos, onde a igualdade de género se encontra em níveis deficitários.

Ademais, permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma.

Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social.

Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade.

As mulheres necessitam de políticas que sigam as suas aspirações, que assegurem a igualdade, sem discriminação de género; que não as excluam, mas que as promovam.

O Dia Internacional da Mulher deve ser afirmado e celebrado todos os dias!

A Assembleia Municipal de Albufeira reunida a 14 de março de 2022, propõe:



1. Saudar todas as mulheres portuguesas, e em particular as mulheres do concelho de Albufeira que têm, nos mais variados domínios, dado o seu contributo na luta pela erradicação de todas as formas de desigualdade.
2. Apelar a todas as mulheres e homens para que, com determinação, confiança e coragem no futuro, celebrem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam diariamente por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.
3. Saudar todas as mulheres que, todos os dias, combatem os preconceitos e a invisibilidade, que se organizam e lutam contra a discriminação, que não abdicam de ocupar o seu lugar por direito, seja no local de trabalho, na vida política e cívica, no associativismo, nos sindicatos, e em todos os espaços desta longa caminhada pela igualdade.

Assembleia Municipal de Albufeira

14 de março de 2022

Silvia Fernandes Dias

Carla Sadem

José de Barros e Sadem

A. R.

[Signature]

[Signature]

[Signature]



PROPOSTA DE MOÇÃO

**Partido Socialista - Partido Social Democrata - Movimento
Independente por Albufeira - Albufeira Prometida - Partido Chega**

CDS

Apoio ao Estado e Povo Ucrainiano

A Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em sessão extraordinária de 14 de março de 2022, expressa a sua solidariedade e o seu apoio inabalável ao povo, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia, o seu direito à paz e autodeterminação, condenando a invasão não provocada e arbitrária por parte da Rússia, revelando um chocante desprezo pelo Direito Internacional e mais elementares Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, instando-a a cessar e retirar todas as operações militares dentro da Ucrânia imediatamente.

Expressamos a nossa mais profunda consternação com o massacre e a barbárie causados por tão vil ataque, matando indiscriminadamente crianças e civis, obrigando milhares de pessoas desesperadas a abandonarem as suas casas, a sua vida, o seu país, para escaparem do conflito.

Vivem em Portugal e em Albufeira milhares de ucranianos e seus descendentes, trazendo consigo a riqueza da sua cultura e tradições, e tendo um lugar especial nos nossos corações.

Proclamamos o dever de fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance, neste concelho, para apoiar as famílias que fogem da Ucrânia para se juntarem a seus familiares aqui residentes, ou quaisquer outros que procurem segurança e refúgio em Albufeira, por forma a recebê-los com

humanismo e amizade, criando as condições necessárias para que aqui possam recomeçar uma nova vida com toda a dignidade.

Finalmente, a Assembleia Municipal apela ainda ao máximo respeito pelas pessoas de nacionalidade e/ou ascendência russa que vivem entre nós, na medida em que

não têm quaisquer responsabilidades nos trágicos acontecimentos da guerra na Ucrânia e, também elas, são vítimas de um regime autocrata e déspota que as governa, muitas delas presas arbitrariamente em território russo, por se manifestarem contra a guerra na Ucrânia, o que demonstra a ausência de democracia e liberdade na Rússia.

O concelho de Albufeira continuará a receber com fraternidade todos os cidadãos ucranianos e russos que aqui queiram viver em paz.

Assembleia Municipal de Albufeira

14 de março de 2022


A collection of approximately 15 handwritten signatures in blue ink, arranged in several rows. Some signatures are accompanied by printed names: 'Sérgio Barbosa Leudico', 'Carla Alexandra Seabra', 'Lupa Silva', 'Silvia Dias', and 'Helena Palhada Simões'. The signatures vary in style, from cursive to more formal block letters.



Moção de solidariedade para com a Ucrânia e para com os seus Cidadãos

Viveu-se no dia 24 de fevereiro de 2022 um dos dias mais negros da história recente Mundial, uma flagrante e grosseira violação do Direito Internacional e da Integridade territorial da Ucrânia. Que representa o maior desafio a toda a ordem Internacional desde 1945. Qualquer esforço que possa ser realizado em prol do povo ucraniano é pouco para a situação que estes estão a viver.

A Federação Russa tem vindo a violar de forma clara e continuada o Direito Internacional, não só por desrespeitar o princípio da não ingerência em Estados terceiros, mas também através das invasões realizadas na Geórgia em 2008, no território ucraniano da Crimeia em 2014, e, mais recentemente, com os ataques realizadas em toda a Ucrânia. Estes ataques consubstanciam uma grave violação do princípio da proibição do uso da força, consagrado no artigo 2º, nº 4 da Carta das Nações Unidas e mostram ainda uma total desconsideração face às diversas condenações realizadas pela Organização das Nações Unidas, tem morto milhares de inocentes incluindo crianças, obrigado milhões de pessoas a fugir, separadas famílias, e consubstanciam graves crimes de guerra. Atitudes que devem merecer de todos um forte repúdio.

O mundo não pode compactuar com a justificação russa dos ataques a um povo soberano, que são desproporcionais e incongruentes com o suposto objetivo de proteger a população russófona presente no leste da Ucrânia, o que na verdade, são apenas o ponto de partida para um expansionismo russo, levado a cabo pelo seu governante autocrata saudoso de um regime totalitário, configurando uma ameaça à paz de europeia e mundial.

A via diplomática deverá ser sempre o principal meio de resolução de conflitos internacionais por mais difíceis que sejam as negociações. Quem irá sofrer com estas pretensões bélicas será o povo ucraniano e o povo russo que apenas querem viver as suas vidas de uma forma segura, próspera e estável. O mundo e a humanidade precisam de Paz e é por esta que todos devemos lutar.

Esta Moção quer assim demonstrar total solidariedade e apolo para com o povo ucraniano onde se incluem toda a comunidade ucraniana residente em Albufeira.

E congratula a Câmara Municipal de Albufeira por ter a funcionar a linha direta da Proteção Civil para apoio à comunidade ucraniana residente no concelho e aos ucranianos que cheguem a Albufeira por força do conflito militar que o país está a viver. E por já ter disponibilizado alojamento para os refugiados ucranianos, bem como alimentos e roupas, e total acolhimento das crianças ucranianas em idade escolar.

Em caso de aprovação esta Moção deve ser enviada à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Assembleia da República e ao Exmo. Sr. Presidente da República.

14 de março de 2022



5

Voto de pesar pela morte do Senhor Fernando Barata

No passado dia 4 de março de 2022 faleceu o ilustre cidadão, Senhor Fernando Barata, que ao longo da sua vida se notabilizou pelas suas ações e atividades no nosso concelho, nomeadamente no campo da solidariedade social, no desporto e na sua atividade empresarial. O nosso concelho ficou mais pobre com esta perda. Assim, os deputados do MIPA apresentam as suas sentidas condolências a toda a família e amigos deste notável cidadão, pelo que propomos a esta assembleia, um voto de pesar.

Raúl Ferreira

Carlos Mendes

Nelson Cachita

Margarida Guilherme

(Deputados do MIPA)

Albufeira, 14 de março de 2022



DECLARAÇÃO DO PONTO 2 E 3

AM – 14/03/22

Começo por referir que a presente declaração de voto apenas vincula a minha pessoa, e não a bancada Municipal que integro.

A presente declaração de voto não estava dependente do resultado da respetiva votação, pois prende-se não com o resultado, mas sim com os atos praticados em momento prévio à presente assembleia.

Há três semanas atrás, mais concretamente na Assembleia de 21/02/2022, aquando da discussão dos pontos aqui visados, levantou-se uma celeuma, que na sua génese se prenderia com um incremento orçamental de alegadamente 13 milhões com descrições dúbias ou pouco claras, *i.e.* “*Outros*” e “*Diversos*”, ocorre que tais alegações não poderiam estar mais longe da verdade, se não vejamos:

1. O incremento propriamente dito, no que concerne as rubricas pelos deputados à altura suscitadas (07010413, 07010602, 07011002, 020220, 020225 e 06020305), era de aproximadamente 4 milhões ao invés dos afiançados 13 milhões;
2. As suspeições levantadas pelos deputados face à descrição das referidas rubricas e à eventual falta de transparência na



aplicação de tais verbas, poderiam ter sido facilmente dissipadas se os deputados em apreço ao invés de se limitarem a analisar a proposta de alteração orçamental, tivessem também e em simultâneo analisado o GOP, o PPI e o AMR, pois todas as verbas surgem ao longo dos três referidos documentos, consoante a sua natureza, e aparecem devidamente discriminados e alocados, ou seja, dúvidas não existiriam, se a análise tivesse sido feita em profundidade, como decerto compreenderão que face à natureza dos documentos assim, se exige;

3. Após a sessão de esclarecimentos proporcionada pelas técnicas do Município, na qual as mesmas se limitaram a isolar as verbas das referidas rubricas, item por item, despesas por despesa, projeto por projeto, com recurso aos três referidos documentos (recorde-se GOP, AMR e PPI) ficou mais do que perceptível que as verbas sempre tiveram destino, sempre estiveram alocadas e sempre estiveram desdobradas e devidamente descrito o uso a dar a cada uma delas.

É inegável, que as suspeições lançadas sobre a edilidade eram infundadas, pois o valor absoluto avançado estava categoricamente errado, bem como ainda que o nome da rubrica fosse “*Outros*” ou “*Diversos*” os valores estavam devidamente descritos e alocados aos vários campos de atuação do Município, sendo que para tal bastava que os deputados se debruçassem em profundidade nos documentos já referidos na presente declaração de voto.



Pelo que teria sido importante, que nesta Assembleia os deputados que lançaram a referida suspeição, se retratassem.

Certo o é que uma das funções mais importantes desta Assembleia é a de fiscalizar as ações do executivo, mas tal não nos confere o direito, de proferir falsas acusações e de lançar suspeições infundadas, quando não se sabe pergunta-se, não se afirma algo que não se sabe, chegando-se inclusive a colocar em cheque o trabalho dos tão estimados técnicos deste Município, aos quais agradeço a amabilidade que tiveram em descomplicar e simplificar, e com tal refutar as alegações de falta de transparência das contas orçamentais do Município.

Albufeira, 14 de Maio de 2021

Helena Pêlova Simões



Partido CHEGA

DECLARAÇÃO DE VOTO do ponto 3.

Venho fazer uso da minha palavra e exercer o direito de declaração de voto, no sentido de esclarecer e fundamentar o meu voto favorável à primeira revisão do orçamento, e do plano orçamental plurianual de 2022 a 2026.

No passado dia 17 de Fevereiro, em Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, o CHEGA votou contra a primeira revisão orçamental.

Fê-lo, porque tinha incertezas acerca do seu teor e valores, exatamente nas rubricas intituladas como os "Outros". Outros bens, outros serviços, etc.

As rubricas "outros" espelhavam dúvidas e questões, e o CHEGA não poderia estar inseguro no sentido do seu voto.

No entanto, para além das rubricas "outros", existem projetos, entidades, associações, e pessoas, dependentes e precisas à aprovação desta revisão.

Passo a identificar algumas:

- Ampliação e beneficiações da Escola EB 2,3 de Ferreiras;
- Reabilitação da creche da Guia;
- Reabilitação do moinho e casa do moleiro do Cerro de Malpique;
- Construção do Lar das Fontainhas e de Olhos de Água;
- Reparações Urbanas;
- Mercados Municipais;
- Ampliação do campo sintético da Guia;
- Reabilitação do Complexo Desportivo de Vale Faro;
- Polícia Municipal, entre outros;

Contudo, a as dúvidas teriam de ser esclarecidas, de forma que o voto fosse feito de forma responsável e ponderado.

No dia 28 de Fevereiro, o Senhor Presidente e o Executivo, convocaram uma reunião com as forças partidárias a fim de analisar a revisão orçamental. Nessa reunião foi apresentado um ficheiro onde as rubricas "Outros" se encontrava discriminadas e



classificadas economicamente, e que desde já agradeço às senhoras funcionárias da Câmara pela explicação e envio do mesmo.

Seguidamente, o CHEGA reuniu-se com o Sr. Vereador, Ricardo Clemente, que aproveitou de antemão, para dar o meu agradecimento pela disponibilidade e ajuda, onde em conjunto, e ponto por ponto, se analisou o documento, e em bom rigor, se respondeu às suas interrogações.

A deputada do CHEGA formou a sua convicção e votou a favor.

Contudo, é fundamental mencionar-se o seguinte: Que a aprovação da primeira revisão, onde várias rúbricas se apresentam com valores genéricos, não descontinuará, ~~onde~~ imediatamente a deputada do PARTIDO CHEGA de proceder a pedidos esclarecimentos bem como à fiscalização ~~de atos~~ da atividade de Câmara Municipal, ~~com~~ ~~responsabilidades~~ deste órgão deliberativo do município.

Laura Silva



DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

Considerando que:

- 1) Na sequência do chumbo à 1.ª Revisão ao Orçamento, o executivo manifestou vontade em reunir e dialogar com o Partido Socialista e a restante oposição, o que não aconteceu anteriormente, culminando na reunião, entre todas as partes, do dia 28 de fevereiro, com o único propósito de chegar a um entendimento quanto às propostas apresentadas pelo Partido Socialista, sempre na defesa dos superiores interesses coletivos do nosso concelho e de cada uma das suas freguesias;
- 2) A existência de compromisso assumido pelo executivo, na reunião de dia 28 de fevereiro de, no futuro, reunir e ouvir com a antecedência necessária, todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, sempre que estejam em discussão documentos estruturantes para a vida do concelho.
- 3) O Executivo assumiu e assinou com o Partido Socialista uma Declaração de Compromisso onde se compromete a assegurar, ainda este ano civil, o cumprimento de um conjunto de investimentos previstos em cada uma das freguesias do concelho.



- 4) O Partido Socialista congratula-se e considera-se satisfeito com o compromisso alcançado, ciente de que o sucesso do mesmo só dependerá do seu efetivo cumprimento pelo Executivo, ao qual o Partido Socialista estará atento e na expectativa de obra cumprida em 2022;
- 5) Acresce que a presente Revisão ao Orçamento continua a não expressar uma visão estratégica de desenvolvimento do concelho; uma preocupação em tornar os recursos humanos e todas as estruturas mais eficientes – sabendo-se que isso permitiria reduzir custos e aumentar as receitas – nem prevê um investimento que promova a melhoria significativa da qualidade de vida dos Albufeirenses em todas as freguesias, de modo uniforme;
- 6) Em particular, a freguesia de Ferreiras, sendo uma freguesia nova, mais recente, tem um sem número de infraestruturas e equipamentos ainda por concretizar, e que já existem noutras freguesias do concelho; ademais, Ferreiras é a segunda maior freguesia do concelho e, também, a freguesia que mais tem crescido nos últimos anos. Pelo que, os investimentos aceites pelo Executivo ficaram aquém do esperado e, sobretudo, do necessário para esta freguesia;



Por todos os considerandos anteriores, na expectativa do cumprimento da Declaração de compromissos firmada e de obra cumprida já em 2022, sem prejuízo de considerarmos que o Executivo pode e deve fazer mais e melhor, a bancada do Partido Socialista **irá abster-se** nos pontos 2) e 3) da Ordem do Dia.

Assembleia Municipal de Albufeira,

14 de março de 2022

João de Barros e Sandra

Silvia Panula Dias

Carla Salas

Álvaro

[Signature]

Roberto Carrico

[Signature]



9

DECLARAÇÃO DE VOTO

As deputadas eleitas pelo Movimento GCE, Albufeira-Prometida, Mónica Coimbra e Carla Vieira manifestam o seu sentido de voto, de abstenção, porque o orçamento e as GOPS apresentados ainda não cumprem de forma clara, transparente e rigorosa as regras de uma boa gestão financeira.

É nosso entender, que quando é elaborado um orçamento deverá começar por se fazer a previsão da receita que irá arrecadar, e depois adequar a despesa à receita que prevemos apurar.

Relativamente às despesas começamos por contabilizar as despesas já assumidas e que transitam para o ano seguinte, ou seja, gastos com o pessoal e despesas com a aquisição de bens e serviços já contratados e dívidas já assumidas.

Se este exercício tivesse sido feito não estaríamos na presente situação de não ter dotação orçamental para fazer face às despesas já assumidas, uma vez que, o orçamento inicial é de 81.736.366€, sendo que destes, 63.886.801€ são para despesas correntes. Se ainda decorre o mês de Março e já estamos com falta de dotação orçamental para processar despesas já assumidas e não pagas, apenas podemos concluir que o orçamento, tal como a AP tinha alertado na Assembleia Municipal onde foi aprovado em Dezembro de 2021, que o orçamento foi mal elaborado e que o Município está a viver acima das suas possibilidades.

Assim sendo, damos o benefício da dúvida ao Executivo, optando por nos abster, uma vez, esperamos que o orçamento e a GOP aprovado e agora objecto de revisão seja cumprido.

No entanto, exigimos um exercício de muita contenção, reorganização, planeamento e optimização de meios e recursos que não estão refletidas nos documentos apresentados.

Mónica Coimbra
Carla Vieira